

[Análise de Políticas na Saúde](#)

- [Página Inicial](#)
- [Apresentação](#)
- [O Projeto](#)
- [O Livro](#)
- [Quem somos](#)
- [Os Autores](#)
- [Fale Conosco](#)
- [RSS Feed](#)

Ciência e método de trabalho científico – Marx e o marxismo

Por

[Felipe Cavalcanti](#)

Atualizado em 27 de agosto de 2011 Publicado em: [Perspectiva Marxista](#)

Ialê Falleiros

Valéria Castro

Virgínia Fontes

“Naturalmente se dirá que um projeto como este aqui apresentado é impraticável e contrário à natureza humana. Não há dúvida. É impraticável e contrário à natureza humana. Eis por que vale a pena ser posto em execução, e eis por que é proposto. Pois o que é um projeto prático? É um que ou já está em vigência, ou que poderia ser posto em execução nas condições vigentes. Mas é exatamente contra essas condições que ele se insurge; e qualquer projeto que pudesse aceitá-las seria injusto e descabido. Passarão as condições, e a natureza humana se transformará. O que sabemos dela é apenas que se transforma. Transformação vem a ser a única qualidade que lhe podemos atribuir.”

Oscar Wilde

Vivemos no Brasil e no mundo um momento especial no que se refere à ampliação da participação política, no qual as organizações presentes na sociedade civil desempenham junto ao Estado papéis cada vez mais importantes. Tida como boa por natureza, a sociedade civil é compreendida em muitas abordagens como sinônimo de “setor público não-estatal”. Tais abordagens definem o Estado como uma instituição política neutralizadora (ou ainda gerenciadora, ou gestora) de conflitos, o mercado como o reino dos interesses econômicos privados e a sociedade civil como um ‘terceiro setor’, nem público, nem privado: a esfera do “social”^[1]. Estado e mercado teriam se humanizado graças à permeabilidade alcançada pelos esforços das, a cada dia mais numerosas, organizações sociais que se interpõem como mediadoras dos interesses dos desfavorecidos e aliados da riqueza ou do poder, bem como do conjunto da população no que tange os problemas ambientais gerados por esse mesmo sistema. Essa aparente harmonia, no entanto, não vem diminuindo os níveis de concentração da riqueza e muito menos as desigualdades, que se evidenciam nas dificuldades daqueles que dormem sob as marquises, dos que sobrevivem com salários miseráveis, sem escola ou assistência à saúde, e daqueles que se escravizam através do sistema financeiro para obter produtos eletro-eletrônicos, automóveis e mesmo imóveis que nunca poderão pagar.

Por isso consideramos apropriado, no século XXI, lançar mão da crítica formulada por Marx ao impulso específico do modo como o sistema capitalista se recria, transformando a realidade, revolucionando constantemente os valores e as práticas nas sociedades sob seu domínio e direção, através do aumento da exploração do trabalho humano. É nessa perspectiva que buscamos neste texto recuperar algumas idéias do autor, bem como apresentar possíveis contribuições para estudos sobre análises de políticas públicas de saúde no Brasil.

Item I – O pensamento marxista em perspectiva histórica

Um esclarecedor ensaio sobre o pensamento de Marx, suas influências no pensamento e na ação política engendradas no século XX e suas potencialidades para o século XXI foi escrito por Leandro Konder e publicado sob o título “O futuro da filosofia da práxis: pensamento de Marx no século XXI” (1992). Esse ensaio servirá de fio condutor para o presente texto, embora sofrendo alguns acréscimos, inclusive de nossas próprias contribuições.

No calor da grave crise das forças políticas no campo socialista que culminou com o fim da União Soviética em 1991, Konder se propôs o desafio de pensar os fundamentos da obra escrita por Karl Marx, bem como suas limitações e potencialidades, a partir do exame do seu contexto histórico de

•

• **Sumário do Livro**

- [Introdução](#)
- [Parte I – Ciência & Política](#)
- [Parte II – Pontos de Vista](#)
- [Parte III – Caminhos na pesquisa](#)

• **Hiperâmias**

- [Dicas para navegação no site](#)
- [Boxes](#)
- [Sínteses](#)
- [Vídeos](#)
- [Entrevistas](#)
- [Links](#)
- [Making Off](#)
- [Agenda do grupo](#)
- [Teses & Dissertações](#)
- [Notícias do projeto](#)
- [Participe desta rede](#)

• [Sobre o Tema Arras para WordPress](#)

Copyright Análise de Políticas na Saúde.
Todos os Direitos Reservados.

criação, bem como das interpretações a que foi submetida ao longo do século XX no interior do próprio campo socialista cuja denominação “marxista”^[2] envolveu formas muito diferenciadas de reflexão. Segundo Konder, Karl Kautsky, dirigente do Partido Social-Democrático dos Trabalhadores Alemães, o maior partido da Alemanha às vésperas da Primeira Guerra Mundial, foi um dos mais expressivos responsáveis por converter uma vertente do marxismo em um sistema rígido de ideias. Tal sistema se baseava numa

[...] concepção da história impregnada de otimismo: o crescimento das forças produtivas, nas sociedades desenvolvidas, acarretava uma crise no sistema das relações de produção, e o agravamento das contradições acabava impondo, com certa inexorabilidade, as mudanças imprescindíveis ao progresso. A sociedade progredia, suas instituições se transformavam, sem necessidade de rupturas espetaculares, em decorrência dos movimentos da economia.” (Konder, p.64 – grifo do autor)

Essa concepção influenciou fortemente o pensamento e a prática dos partidos políticos identificados com o socialismo na primeira metade do século XX, e deixou marcas profundas que orientam algumas leituras de Marx até os dias atuais. Contudo, desde que foi formulada, essa perspectiva sofreu críticas de pensadores revolucionários que, como Rosa Luxemburgo^[3], combateram fortemente o determinismo em que se circunscrevia, buscando recuperar de Marx as iniciativas dos sujeitos na objetividade do movimento histórico.

“A concepção do homem em Marx é clara: o homem é o sujeito da práxis, que existe transformando o mundo e a si mesmo. É um ser que inventa a si mesmo, por isso as vezes nos surpreende e escapa” (Konder, 2010, p.18).

Lenin também se insurgiu contra tal reducionismo do marxismo^[4]. Teoricamente, dedicou-se ao estudo da história, dos desdobramentos do capitalismo, da política e da filosofia (em especial, de Hegel)^[5] e praticamente, participou da organização, na Rússia do início do século XX, de um partido revolucionário que quinze anos mais tarde pôs fim ao czarismo e instaurou o Estado soviético. Como é sabido, o rótulo “marxismo-leninismo” foi, entretanto, utilizado por Stalin e outros como justificativa para a imposição de um regime no qual uma ditadura do partido se impôs sobre as massas trabalhadoras, o que sufocou o debate político preconizado por Lenin, transformando a teoria em justificativa para decisões políticas do partido comunista na época, deixando de lado a perspectiva de Marx, de que a teoria revolucionária deveria dialogar constantemente com a prática, articulando fala e ação, discurso com intervenção transformadora.

Boa parcela da ciência soviética se desenvolveu numa perspectiva pragmática e utilitarista, do que foram exemplos a engenharia genética, voltada ao cultivo do trigo em larga escala, a psicologia, limitada aos reflexos condicionados estudados pelo fisiologista Pavlov. Também na literatura e nas artes, houve forte enquadramento, com escassas exceções, às propostas do “realismo socialista” propagandista do sistema autoritário e persecutório daquele regime.

Konder se interroga sobre as razões para as adesões à época ao socialismo e as fortes manifestações de apoio aos comunistas por intelectuais e artistas consagrados como Chaplin, Brecht, Sartre, García Márquez, Saramago, Drummond de Andrade, Neruda, Graciliano Ramos, entre tantos outros. Dentre as possibilidades de resposta figuram os conflitos desses criadores com suas próprias sociedades, sua solidariedade aos perseguidos pelo anticomunismo nos países ocidentais, a distribuição de renda da União Soviética muito menos desequilibrada que na maioria dos países capitalistas e o sentimento de admiração pelo papel desempenhado pela União Soviética na guerra contra o nazi-fascismo. ([Box 1 - Aos que virão depois de nós](#))

Os pensadores marxistas do século XX se depararam com mudanças importantes no próprio desenvolvimento dos Estados capitalistas. Principalmente após a 2ª Guerra Mundial, a questão democrática se colocava como uma premissa nesses Estados, para a garantia da coesão social necessária à expansão dos mercados cada vez mais globalizados, num contexto marcado por forte organização da classe trabalhadora e pela “ameaça” do socialismo que representava. Em meio à 2ª Guerra, importantes textos inéditos de Marx vieram a público: Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 e A ideologia alemã, em 1932, e Linhas básicas da crítica da economia política (Grundrisse), rascunho revelador da primeira versão de O capital, em 1939. Como explicita Konder, tais textos deram um novo vigor ao pensamento marxista e, se permaneceu a chamada vulgata marxista (determinista e dogmática) acerca dos processos históricos, eles permitiram o aprofundamento das discussões do pensamento de Marx à luz da realidade da época.

ITEM II – O método marxista na abordagem da realidade

Dentre os pensadores mais férteis que se nutriram das ideias de Marx no século XX, contribuindo para sua interpretação e ampliação, Konder dá destaque especial a Georg Lukács e Antonio Gramsci^[6].

Lukács interpretou o conceito de reificação ou coisificação ainda em 1923, a partir do estudo da sujeição dos sujeitos aos objetos (ou mercadorias) na sociedade capitalista de sua época, ampliando a análise engendrada por Marx sobre a alienação. O ponto de partida de Lukács é a teoria do “fetichismo da mercadoria”, na qual Marx explicita a forma como, sob o capitalismo, as relações sociais entre trabalhadores, proprietários das mercadorias e seus compradores se dão a partir da ideia de que o valor desses produtos é medido pelas trocas que podem se operar no mercado, tornando obscura a reflexão sobre a quantidade de trabalho explorado e apropriado foi necessária para que fossem produzidos^[7]. Nesse sentido, Lukács avança na compreensão de que

[...] com a redução da força humana de trabalho à condição de mercadoria, a objetividade do mercado impunha aos trabalhadores uma racionalização ditada por uma ‘razão instrumental’, que desqualificava a subjetividade dos homens. (...) O ‘princípio do cálculo’ passava a reinar em áreas cada vez mais extensas da atividade humana. Todos os valores iam sendo relativizados. E a razão, enfraquecida, amesquinhada, recusava-se a enfrentar o desafio da totalização e se resignava a subsistir partida em mil ‘razões’ setoriais, particulares... (Konder, 1992, p.90)

Relacionando a desqualificação da subjetividade humana pelo “princípio do cálculo” regente nas sociedades capitalistas à perda da noção de totalidade, Lukács convida a pensar sobre a necessidade de compreensão do conjunto das relações sociais que configuram uma determinada realidade histórica. ([Box 2 - A categoria de totalidade](#))

Lukács desenvolveu extensa e densa produção teórica, debatendo cuidadosamente as questões de método. Elaborou uma proposição original sobre o teor ontológico da obra marxiana, analisando o processo de constituição de uma espécie que, emergindo da natureza, auto-transforma-se em sociedade através do trabalho^[8]. O processo de trabalho, por envolver atos de finalidade, de atuação com relação a um determinado fim, o de transformar algo existente na natureza em algo inexistente e radicalmente novo, implica desde sempre a expressão da vontade e da consciência. Porém, tal vontade humana se depara com as características próprias dos diversos objetos naturais com os quais se defronta e, portanto, precisa elaborar conhecimento sobre tais objetos, adequado aos fins a que se propõe. Caso contrário, o esforço da intenção do sujeito resulta em mero fracasso. Dessa maneira, mesmo as formas de conhecimento cuja base é apenas imediata e prática, e não científica ou teórica, constituem as formas históricas através das quais a humanidade produziu conhecimento – relacionado à intenção que animava os processos de trabalho em cada período histórico.

A ciência, portanto, remete duplamente às exigências do período histórico no qual estão mergulhados os seres sociais (e à limitação de suas intenções) e a uma adequada expressão mental de seu objeto, com relação às intenções dos sujeitos^[9]. Sendo a ciência um produto do trabalho dos homens, as questões a que se propõe resolver, bem como seus usos, não podem ser entendidos como isentos do conjunto das relações sociais que os engendram. ([Box 3 - Gramsci e a consciência crítica](#))

Marx propõe que os conceitos sejam enfrentados à luz da realidade concreta e a partir de uma base teórica que incorpore os sujeitos em sua espessura histórica. Nesse sentido, sua abordagem não se apresenta como um recorte temático ou uma teoria instrumental, mas como uma plataforma teórico-metodológica que exige apreender o conjunto das relações sociais. Nelas, os sujeitos, assim como os grupos sociais, são admitidos como múltiplos e diversos, vistos como parte integrante e constitutiva do seu contexto sócio-histórico e não como meros produtos mecânicos do meio. A divisão social em classes, da qual o capitalismo é uma de suas formas históricas, a mais generalizada, complexifica e tende a enrijecer o processo histórico, introduzindo contradições de novo tipo na vida social^[10], posto que se trata de conter o ímpeto criativo e criador dos produtores (trabalhadores) sob um mesmo formato de dominação social. Seu pensamento abrangeu praticamente todas as disciplinas sociais (história, filosofia, sociologia, antropologia, etc.) e, para além disso, interrogava diretamente as próprias formas de dilapidação da natureza já evidentes no século XIX^[11]. Não por acaso, concentrou-se na crítica da economia política, contrapondo-se a uma forma de conhecimento que se disseminava entre as demais disciplinas sociais (e mesmo biológicas) e que não somente reproduzia a lógica dominante sob o capitalismo, como o apresentava como idêntico à própria natureza humana. Sua crítica apontava agudamente como a economia política tinha como objetivo ‘impulsionar a produção de riqueza’ sob a forma histórica do capitalismo, desconsiderando a historicidade constitutiva do ser social e os conflitos históricos que a lógica do capital agudiza.

Gramsci teve papel fundamental no sentido de contribuir para a interpretação do método materialista dialético proposto por Marx, a que se referia como “filosofia da práxis”. A partir de suas formulações, Konder afirma que:

Em seu ‘historicismo absoluto’,^[12] a ‘filosofia da práxis’ não pode se cristalizar ou ossificar num modelo doutrinário enrijecido: é um pensamento novo, que inaugura uma postura filosófica nova. Está condenada a atuar sempre como uma força comprometida com a inovação. Exatamente por isso, não dispõe de meios para se fazer compreender imediatamente como um todo, jamais caberá num conjunto de fórmulas ou preceitos e não tem condições para exibir uma racionalidade ‘pura’. (...) Essas características tornam compreensível uma certa vulnerabilidade da ‘filosofia da práxis’; ela não pode permanecer imune a uma certa contaminação por parte do atraso que pesa, no presente, sobre as consciências que devem ser dinamizadas na luta para criar o futuro. (Konder, 1992, p.92-93)

Ao pensar a própria constituição dos seres sociais, Gramsci apresenta as três dimensões subjetivas que compõem o homem: 1) a individual; 2) a que o relaciona à natureza; e 3) a que o relaciona aos outros homens. Tornam-se centrais as dimensões econômica, política e cultural na caracterização do homem, em parte sujeito às determinações de seu tempo, mas simultaneamente dotado de vontade para transformá-las.^[13]

A concepção de Estado subjacente a essa noção de ser social parte de duas perspectivas enunciadas por Marx. Primeiramente, a partir da forma histórica de constituição dos Estados, uma vez que não são naturais e nem resultam da vontade de sujeitos singulares. Num segundo plano, a partir da análise crítica do Estado capitalista. Ampliando esse viés, Gramsci percebeu o despontar de um novo

modelo de sociabilidade que se difundiria por todos os países capitalistas sobretudo através da obtenção do consenso (ou adesão espontânea) de amplos setores sociais desses países ainda na primeira metade do século XX. Nessas sociedades, nas quais o Estado não se legitima através de formas transcendentais (teológicas) nem de um poder absoluto delas derivado, a obtenção do consenso torna-se fundamental para que um projeto de sociabilidade assuma a direção política-cultural na perspectiva da conservação ou da transformação do conjunto da existência social.^[14]

O Estado é compreendido, nesta abordagem^[15], não como um sujeito intermediador dos conflitos entre as classes sociais e também não como um objeto externo e manipulável, segundo os interesses de uma única classe homogênea, mas sim como uma tensa relação social. Tal visão se contrapõe à noção de Estado enquanto mediador do crescimento econômico e provedor de políticas sociais, tal como concebido nas definições liberais e, concomitantemente, propõe suplantá-lo por um marxismo reducionista que compreende o Estado como relacionado apenas à burguesia ou fração dela. Afirmar o Estado enquanto relação social significa dizer que este se constitui como instância na qual se expressam as relações entre os grupos sociais organizados na esfera da produção econômica e na esfera política da sociedade civil, expressando de maneira complexa a dominação (e a luta) de classes. Essas organizações constroem visões de mundo distintas a partir de suas experiências de luta e da consciência de seu papel na totalidade da vida social, e a partir delas inscrevem diferentes projetos para a sociedade no âmbito dos aparelhos do Estado. Nesse sentido, a dimensão ideológica ou cultural assume importância na análise do conjunto das relações sociais, podendo contribuir para a compreensão das formas de obtenção do consenso sobre um determinado projeto de sociedade e sua implementação política. As estratégias de convencimento operadas pelos diferentes grupos sociais tanto na sociedade civil quanto nas instituições estatais são, assim, aspectos fundamentais no direcionamento das políticas definidas pelas instituições do Estado, sem eliminar entretanto o seu papel coercitivo. Esta afirmação teórico-metodológica propõe, ainda, compreender a não-homogeneidade dos projetos identificados mecanicamente com uma classe social, na medida em que possibilita identificar tanto tensões entre frações de uma mesma classe na definição de um projeto de sociedade como convergências entre classes distintas na construção desse projeto.

O que Gramsci chamou de “Estado ampliado” corresponde, portanto, a uma unidade dialética na qual diferentes projetos, expressando conflitos no interior das classes dominantes e/ou entre as classes sociais, estão presentes e buscam conformar o conjunto da população para a organização do trabalho e da vida característica das sociedades urbano-industriais capitalistas.^[16] O conceito de hegemonia^[17] corresponde, assim, à direção ético-política e econômica obtida pela classe dominante, ou sua fração dirigente, envolvendo, necessariamente, a busca pelo consenso. Isso significa que, de alguma maneira, os interesses subalternos precisam ser levados em consideração, ainda que mantida sua condição dominada:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas é também indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial (...). (GRAMSCI, Vol.3, 2002, p.48)

O consenso ou a adesão espontânea a um projeto societário é, de acordo com Gramsci, o modo próprio como o capitalismo, através da ação organizativa empreendida pelas diferentes frações das classes dominantes, vem ganhando a disputa hegemônica nas sociedades capitalistas contemporâneas. O Estado, longe de ser, como supõem certos pensadores liberais ou conservadores, uma esfera separada do plano econômico, social e cultural, integra o conjunto da vida social e, assim, sofreu um intenso processo de ampliação (conforme Gramsci passa a compor-se de aparelhagem estatal + sociedade civil) e vem sendo dominado e dirigido por organismos privados de hegemonia da burguesia que trabalham diuturnamente para obter o consenso do conjunto das classes sociais para o desenvolvimento de um modelo de sociabilidade que beneficia a conservação das relações de exploração e dominação vigentes.

A partir da ampliação do conceito de Estado empreendida por Gramsci, é possível compreender a política como a forma da relação intra-Estado mas atingindo também outras formas de organização da vida social. Nesse sentido, adquire importância central a análise das formas de convencimento e educação, e não apenas da coerção, realizadas pelo Estado capitalista. O estudo do embate entre classes e frações de classe, bem como das formas de produção da subjetividade, adquirem novo fôlego na compreensão do conjunto das formas organizativas, sejam eles partidos, aparelhos privados de hegemonia, instituições etc. Assim, as instituições públicas são entendidas como a configuração do Estado e também como as formas organizativas da política, mas remetem permanentemente às lutas presentes na sociedade. Do mesmo modo, os sujeitos, socio-historicamente situados, são enfatizados na sua relação com o mundo e com os outros sujeitos.

Considerada um clássico^[18], a obra de Marx pode continuar contribuindo para a crítica de noções tão difundidas na atualidade, como a separação entre indivíduo e sociedade, o individualismo competitivo como valor que move a sociedade, na integração da historicidade ao pensamento científico e sobretudo, no contraponto à idéia de que não há alternativa para além das formas capitalistas de organização da vida em sociedade, onde a conciliação entre interesses do capital e do trabalho e da parceria público-privada despontam como solução para os problemas sociais focalizados e para a coesão social em torno da ação benevolente e voluntarista, na dita esfera social para “amenização da pobreza” e para a expansão dos negócios privados na área social. A crítica a tais noções se fundamenta na idéia de que o cerne da organização da vida material e da (re)produção social no capitalismo é o acesso diferenciado às condições de existência e aos meios de apropriação dos frutos do trabalho humano. Seu contraponto é a afirmação da práxis como forma de pensar a

realidade e como possibilidade de desenvolver a capacidade transformadora e criadora dos sujeitos.
([Box 4 - A afirmação da práxis](#))

Item III – Estudos marxistas no campo da saúde na atualidade

As duas décadas de inscrição do Sistema Único de Saúde (SUS) na Constituição Federal vêm sendo discutidas em inúmeros fóruns mas, no que tange os pressupostos marxistas de análise no campo da saúde, teve destaque um seminário internacional organizado em 2006 pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESP/UnB) sob o título de “Pensamento Marxista em Saúde”. O evento debateu as bases teóricas e filosóficas do pensamento marxista e sua influência na produção do conhecimento em saúde, tendo por base a constituição do campo da pesquisa social na área e na fundamentação do movimento da reforma sanitária na América Latina e no Brasil.

A abordagem da saúde centrada nas ciências biológicas e na visão funcionalista de sociedade passou a ser contrastada a partir do final dos anos 1960 por estudiosos que, fundamentados no materialismo histórico e dialético, consolidam o campo da teoria social da medicina, também conhecido como abordagem marxista da saúde. Os estudos acadêmicos considerados divisores de águas no Brasil influenciados por tal abordagem são a tese de doutorado O dilema preventivista, de Sergio Arouca (1975), e a tese de livre-docência Saúde e Sociedade, de Cecília Donnangelo (1976)^[19]. Tais estudos inscreveram a saúde na sua relação com o conjunto da vida social, tendo em vista seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. A noção de que a saúde é socialmente determinada exerceu forte impacto na renovação dos currículos dos departamentos de medicina preventiva universitários, na construção de espaços acadêmicos de difusão das pesquisas com esse enfoque e nos movimentos sociais e políticos em defesa do direito universal à saúde e do dever do Estado na sua consecução.^[20]

A tradição gramsciana de análise da sociedade civil teve declarada e destacada expressão no campo da saúde na coletânea “Reforma Sanitária: em busca de uma teoria”(1989). Entre outras questões, discute-se em seus artigos o movimento sanitário como um organismo implementador e difusor de uma visão de mundo na qual a luta pela saúde se articule à luta pela transformação social segundo os interesses da classe trabalhadora, fortalecendo o projeto da Reforma Sanitária pelo consenso produzido e as adesões de outros movimentos progressistas populares, de trabalhadores, científicos, partidários etc (Escorel, 1989, p.186). Essa tradição é reafirmada em recente documento do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, organização criada no bojo do movimento sanitário -, intitulado “A estratégia do CEBES”, no qual se afirma que “o CEBES se identificou sempre com um lugar da sociedade civil de onde se possa pensar criticamente a saúde e a sociedade brasileira e, desde esta análise de conjuntura, construir estratégias políticas transformadoras, difundi-las e buscar agrupar forças sociais capazes de impulsionar este processo de transformação” (CEBES, 2007, p.4).

Alguns estudos atuais na área da saúde reafirmam esse enfoque, ancorados numa leitura do materialismo histórico-dialético que retoma a interligação entre o econômico e o político, bem como a noção de classe como processo e como relação, compreendendo a história como possibilidade, ainda que perpassada por fortes elementos de determinação. Sem a pretensão de elaborar um inventário de tais estudos (o que demandaria uma pesquisa aprofundada que não corresponde ao objetivo deste texto), apresentamos alguns exemplos do modo como o método marxista pôde auxiliar pesquisas científicas sobre as políticas de saúde no Brasil.

O primeiro exemplo é a tese desenvolvida por Rizzotto (2000), que propõe relacionar as políticas de saúde no Brasil dos anos 1990 às diretrizes emanadas pelo Banco Mundial no mesmo contexto. Sua análise amplia o foco das políticas de saúde na medida em que estas são compreendidas como política social e, portanto, estão inscritas no processo histórico de consolidação do Estado capitalista. Nessa perspectiva, valendo-se da compreensão do Estado como expressão das relações de força entre interesses antagonísticos dos proprietários capitalistas e dos trabalhadores, bem como entre interesses internos aos países e internacionais, empreende, de um lado, uma reflexão sobre o Estado brasileiro e sobre o caráter compensatório e restrito das políticas sociais característico de países periféricos como o Brasil, promovendo uma incursão sobre as políticas de saúde e sobre as tensões público-privadas nelas presentes ao longo da história; de outro, uma análise do papel dos organismos internacionais no direcionamento das políticas sociais nesses países, tendo como foco a investigação do nível e grau dessa atuação/intervenção nas políticas de saúde no Brasil a partir da inscrição do SUS na Constituição de 1988. O que nomeia de “projeto de desmonte do SUS”, empreendido pelo Banco Mundial, é estudado a partir da investigação dos programas desenvolvidos por tal organismo multilateral voltados à redução do papel e participação dos órgãos públicos na oferta de serviços de saúde, mediante implementação de projetos e programas que focalizam e direcionam as ações públicas para as populações mais pobres, promovendo, concomitantemente, a expansão dos negócios privados no mercado voltado à assistência à saúde. A reflexão mais importante, a nosso ver, e que perpassa todo o trabalho de pesquisa, talvez seja a de que a interferência externa na definição de políticas nacionais não se dá mecanicamente de fora para dentro, mas vem resultando da conciliação de interesses entre grupos nacionais e internacionais e de sua inserção combinada na correlação de forças que define o Estado brasileiro atual.

O segundo exemplo é a tese de Lima (2010). Fruto da pesquisa de doutoramento, a tese apresenta um detalhado estudo sobre os embates em torno da formação profissional em enfermagem e da construção da hierarquia profissional envolvendo o conjunto dos trabalhadores técnicos na área: atendentes, auxiliares e técnicos. Valendo-se do método marxista, o estudo constrói o percurso histórico da temática para analisá-la no contexto atual, enfatizando as categorias de historicidade e de totalidade para apreender a essência do fenômeno estudado, através de mediações e especificidades que o integram ao conjunto da vida social no Brasil entre 1920 e 2010. Nesse sentido, as políticas voltadas à profissionalização de trabalhadores técnicos de enfermagem são relacionadas às mudanças na configuração do Estado brasileiro e das políticas sociais ao longo desse período. Para

compreender as novas formas assumidas pela política nacional de saúde e de formação profissional, propõe-se uma articulação entre movimento sindical, política previdenciária, acordos entre organismos internacionais e governo brasileiro, considerando ainda os interesses conflitantes na área da enfermagem. O estudo focaliza o aumento da escolarização dos trabalhadores técnicos de enfermagem, correntemente analisado como resposta tanto à racionalização do trabalho hospitalar quanto às demandas organizadas da categoria profissional em questão, mas esse foco se expande na medida em que o autor discute o processo de elevação do patamar de formação escolar na área à luz dos interesses expressos nas políticas educacionais recentes, de cunho neoliberal, e das políticas de saúde de cunho privatizante, assim como dos interesses dos empresários da saúde na formação profissional. Sobre esses últimos, aliás, o trabalho chama atenção para o projeto de criação do Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (SENASS) e do Serviço Social da Saúde (SESS), também conhecido como Sistema S da Saúde, em tramitação no senado federal desde 2001 (PLS 131/2001).

O terceiro exemplo é a pesquisa de doutorado, em andamento, de Falleiros (no prelo), sobre as entidades empresariais da saúde e suas influências na política nacional de saúde na primeira década de 2000. O estudo vem mapeando a atuação da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços, representante sindical de grau superior de todos os estabelecimentos do país prestadores de serviços de saúde privados (lucrativos ou filantrópicos) e operadoras de planos de saúde desde 2001, em diferentes fóruns institucionais do Estado: Conselho Nacional de Saúde (Ministério da Saúde); Câmara de Saúde Suplementar (Agência Nacional de Saúde); Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador; Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Frente Parlamentar da Saúde; e Supremo Tribunal Federal. Propõe-se situar a atuação de tal entidade empresarial no movimento de reacomodação de forças políticas no Brasil e de rearranjo das relações entre Estado e sociedade, levando em consideração as diretrizes do Banco Mundial, o programa político da Terceira Via e as redefinições das bases sociais e legais do Estado brasileiro implementadas ao longo dos anos 1990 e 2000. A hipótese a ser testada é a de que, nas últimas duas décadas, antigas tensões entre o projeto de construção de uma saúde pública voltada à transformação das condições de vida coletivas e aquele que visa articular a saúde pública aos interesses do mercado vêm adquirindo novas formas. O estudo tem como foco a produção e difusão de valores, ideias e práticas veiculados pelos representantes políticos dos interesses empresariais na saúde. Sua relevância se justifica em função da escassez de análises sobre o papel político desempenhado pelas entidades empresariais e os impactos gerados por suas proposições na política nacional da saúde. O propósito é explicar suas estratégias e ações na arena política voltadas à legitimação e o fortalecimento de um projeto societário baseado na lógica de mercado e na inflexão da noção de saúde como política social, como direito de todos e dever do Estado, em prol de uma visão da saúde como serviço não-exclusivo do Estado a ser prestado em parceria entre entes públicos e privados. O marco teórico do trabalho se inspira no materialismo histórico em sua atualização para o século XX, especialmente pelas formulações de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas – este mais diretamente na sua produção a partir do rompimento com Althusser, na qual passa a definir o Estado como uma relação, “mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (Poulantzas, 1980: 147).

O último exemplo é a tese de Morosini (2009). Em sua dissertação de mestrado, a pesquisadora analisa o contexto histórico em que ocorre disputas políticas para formulação e implementação da formação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) no SUS. O estudo refere-se ao período 2003-2005, no qual a autora participou ativamente desse processo acompanhando as disputas entre diferentes projetos e concepções no interior do Ministério da Saúde, mais especificamente na Secretaria de Gestão do trabalho (SGTES). O estudo remonta a esse contexto indagando sobre algumas questões que permeiam o trabalho e a formação dos ACS, principalmente as concepções existentes em relação à saúde, à educação e ao trabalho em saúde e, também, quanto ao papel do Estado em relação a essas políticas. Utilizando o método histórico-dialético, a autora analisa as contradições e mediações inerentes ao processo de formulação das políticas de gestão do trabalho e da educação dos ACS, relacionando-as a totalidade das condições sociais e econômicas existentes. Para compreensão dessa realidade, discute os conceitos de Estado, sociedade civil, hegemonia, e também a noção de qualificação presente nessas formulações. Nesse sentido, discute o Estado como expressão da luta de classes, valendo-se das formulações de Gramsci para compreender a sociedade civil como uma arena de disputas, a partir da qual enfoca os sujeitos políticos que atuam buscando conquistar posições e espaços na direção político-ideológica em favor dos interesses do conjunto da população, bem como o acesso e a manutenção dessas posições no interior do Estado. O conceito de qualificação profissional no âmbito desse estudo foi compreendido em uma perspectiva histórica, relacionando a formação do ACS à sua vinculação às equipes de Saúde da Família. A qualificação profissional foi compreendida, para além dos conhecimentos e das habilidades práticas desenvolvidas pelos trabalhadores, compondose também por valores socialmente atribuídos a esses profissionais, conferindo-lhe um perfil profissional com uma ampla dimensão social. A autora conclui destacando que as políticas de formação profissional e de gestão do trabalho dos ACS resultaram das pressões exercidas pelo movimento organizado desses trabalhadores em torno da regulamentação e dos vínculos de trabalho, o que possibilitou a inclusão dessa pauta na agenda política no Ministério da Saúde e nas instâncias gestoras do SUS.

Referências Bibliográficas

Arouca, ASS. O Dilema Preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. Campinas, 1975. Tese (Doutorado). Departamento de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas.

- Banco Mundial. El Estado en un mundo en transformación: informe sobre el desarrollo mundial. Washington, DC: Banco Mundial; 1997.
- Bobbio, Norberto. Teoria geral da política. A filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. A Estratégia do CEBES. I Documento de estratégia do CEBES. Mimeo, 2007.
- Donnangelo MC, Pereira L. Saúde e sociedade. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- Escorel, S. Saúde: uma questão nacional. In: Teixeira, SMF. (Org.) Reforma Sanitária: em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez / Rio de Janeiro: ABRASCO, 181-192, 1989.
- Escorel, S. Reviravolta na Saúde: origem e articulação do movimento sanitário. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.
- Foster, John Bellamy. A ecologia de Marx. Materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- Gramsci, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia – A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Gramsci, Antonio. Cadernos do Cárcere. Vol. 2 Os intelectuais, o princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- Gramsci, A. Cadernos do Cárcere. Vol.3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- Konder, L. O futuro da filosofia da práxis: pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- Konder, L. Em torno de Marx. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2010.
- Lênin, VI. A revolução proletária e o renegado Kautsky. SP, Livr. Edit. Ciências Humanas, 1979.
- Lênin, VI. En torno a la dialéctica. Moscou, Editorial Progreso, 1980.
- Lima JCF. Política de saúde e formação profissional dos trabalhadores técnicos de enfermagem [tese]. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Estadual do Rio de Janeiro; 2010.
- Lukács, G. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. SP, Livr. Edit. Ciências Humanas, 1979.
- Lukács, G. El trabajo. Edición al cuidado de A. Infranca e M. Vedda. B. Aires: Herramienta, 2004, passim.
- Marx, K. Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. São Paulo: Boitempo, 2004.
- Marx, K. Grundrisse – 1857-1858. Deleg. Tlalpan, México:Fondo de Cultura Económica, 1985. [Obras Fundamentales de Marx y Engels (volumes 6 e 7)].
- Marx, K. e Engels, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.
- Marx, K. O Capital – livro 1 volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- Morosini, MV. A Política de Formação dos Agentes Comunitários de Saúde: memória de uma formulação em disputa nos anos 2003-2005 (dissertação). Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.
- Poulantzas, N. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- Rizzotto, MLF. O Banco Mundial e as políticas de saúde no Brasil nos anos 90: um projeto de desmonte do SUS. [tese]. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, 2000.
- Teixeira, SMF. (Coord.) Antecedentes da Reforma Sanitária. Rio de Janeiro: Ensp, 1988.
- Teixeira, SMF. (Org.) Reforma Sanitária: em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez / Rio de Janeiro: ABRASCO, 1989

Este texto integra o Livro “Caminhos para Análise das Políticas de Saúde”, que está disponível para download na página da Editora Rede Unida. Para acessá-lo, [clique aqui](#).

Para citar o texto ou parte dele, utilize a numeração de páginas da versão impressa, tal como apresentada a seguir:

FALLEIROS, I; CASTRO, V.; FONTES, V. Ciência e método de trabalho científico – Marx e o marxismo. In MATTOS, R.A.; BAPTISTA, T.W.F. (Org). Caminhos para análise das políticas de

saúde, 1.ed.– Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. p.153-179.

A versão online disponível neste site pode apresentar pequenas e poucas diferenças em relação à versão atualizada que está no livro publicado pela Editora Rede Unida. Estamos em processo de atualização e breve as versões estarão igualadas.

Notas de Rodapé ((↑) returns to text)

1. Ver Banco Mundial (1997).(↑)
2. Konder utiliza no texto os termos “marxismo” e “marxista” entre aspas. Optamos aqui por utilizar as aspas apenas quando mencionamos os processos que consideramos reducionistas sobre o pensamento de Marx.(↑)
3. Ver, por exemplo, Loureiro, Isabel Maria – Rosa Luxemburgo. Vida e obra. SP, Expressão Popular, 1999; Luxemburgo, R. Textos escolhidos. Seleção de Isabel M. Loureiro. SP, Expressão Popular, 2009; Luxemburgo, R. Marxisme contre dictature. Paris, Cahiers Spartacus, 1946; Schüttrumpf, J. (Org.) Rosa Luxemburg ou o preço da liberdade. SP, Expressão Popular, 2006; Luxemburgo, R. Reforma ou Revolução? SP, Expressão Popular, 1999; Loureiro, Isabel Maria – Rosa Luxemburg – Os dilemas da ação revolucionária. 2a. ed. ampliada, SP, UNESP/Perseu Abramo, 2004; Luxemburg, Rosa. Reforma, Revisionismo e Oportunismo. Rio/Lisboa, Editora Civilização Brasileira/Centro do Livro Brasileiro, 1975; Luxemburg, Rosa – A crise da social-democracia. Lisboa, Editorial Presença, s/d.(↑)
4. Lênin (1979).(↑)
5. Ver Lênin (1980).(↑)
6. Manteremos o fio condutor proposto por Leandro Konder, mas a esses autores vale acrescentar as contribuições oriundas da Escola de Frankfurt e, em especial, de Walter Benjamin; as militantes análises elaboradas por Leon Trotsky; as obras históricas e teóricas de E. P. Thompson, dentre outros autores que, se proclamando marxistas, não se dobraram às limitações da chamada vulgata, que ora reduzia o marxismo a um positivismo pragmático, ora a um voluntarismo político.(↑)
7. Marx, Karl. O Capital. Vol.1 – Parte 1 – Capítulo 1 sessão 4 (2002).(↑)
8. Lukács (1979).(↑)
9. Ver Lukács (2004) passim.(↑)
10. Marx, K. e Engels, F. (2007), em especial pp. 25-96.(↑)
11. Marx era leitor incansável de diferentes áreas do conhecimento e, criticando as formulações elitistas de Malthus, assinalou precocemente a existência de uma dramática “falha metabólica” na maneira pela qual se separava brutalmente a natureza e suas formas próprias de reprodução da vida social urbana, sob o domínio da dinâmica expansiva da reprodução capitalista. Ver, a respeito, Foster (2010).(↑)
12. A expressão ‘historicismo absoluto’ é de autoria do próprio Gramsci. Essa expressão, entretanto, no uso regular de Gramsci, remete a um princípio de historicidade constitutivo dos seres sociais e ao fato de que todo o conhecimento é necessariamente produção de sujeitos, não existindo como tal na natureza. Gramsci, em geral, não remete ao uso corrente do termo, que designa uma forma de apreensão histórica de cunho relativista.(↑)
13. Gramsci, 2001, vol.1, pp.411-415.(↑)
14. Gramsci, 2001, vol.1, pp.103-104.(↑)
15. Partindo de Gramsci, Poulantzas desenvolveu ainda mais essa perspectiva que chamou de “relacional” do Estado capitalista. Ver Poulantzas, 2000.(↑)
16. O conceito gramsciano de conformismo corresponde à necessidade de se “criar o homem ‘atual’ à sua época”, na ótica do capital ou na ótica do trabalho. Gramsci, 2001, vol.2, p.62.(↑)
17. Ver Gramsci, Vol.3, 2002, pp.46-55.(↑)
18. Norberto Bobbio diz que, para ser considerado um clássico, um pensador deve obter o reconhecimento de três qualidades: a) deve ser considerado como intérprete tão importante da época em que viveu que não se possa prescindir de sua obra para conhecer o “espírito do tempo”; b) deve ser sempre atual, no sentido de que cada geração sinta necessidade de relê-lo, e, relendo-o, dedique-lhe uma nova interpretação; c) deve ter elaborado categorias gerais de compreensão histórica das quais não se possa prescindir para interpretar uma realidade mesmo distinta daquela a partir da qual derivou essas categorias e à qual as aplicou. Bobbio, 2000, p. 114.(↑)
19. A obra de Cecília Donnangelo (1940-1983) é considerada paradigmática na área, sendo reconhecida por trazer importantes reflexões sobre a profissão médica, sua inserção no mercado de trabalho e em relação às políticas públicas. O enfoque principal ocorre na discussão sobre ideologia e a conformação do processo de trabalho do médico e sua inserção na estrutura dos serviços de saúde públicos ou privados.(↑)
20. Para uma contextualização do surgimento do movimento da reforma sanitária a partir dos movimentos com os quais antagonizava e com aqueles com os quais compartilhava ideias e princípios ver Teixeira (1988). Uma análise aprofundada da história do movimento sanitário no Brasil pode ser encontrada em Escorel (1998).(↑)



Sobre Felipe Cavalcanti

3 Comments

1. [Responder](#)*marli*

Publicado junho 14, 2012 em 12:56 PM

excelente leitura.

2. [Responder](#)*Amanda*

Publicado dezembro 14, 2012 em 11:04 PM

Muito boa a síntese do pensamento materialista histórico no campo da saúde brasileira. Vale a pena ler e compartilhar.

Trackbacks / Pings1. [Parte II](#)**Deixe uma resposta**

O seu endereço de email não será publicado Campos obrigatórios são marcados *

Nome * Email * Site

Comentário

Você pode usar estas tags e atributos de HTML: <abbr title="">
<acronym title=""> <blockquote cite=""> <cite> <code> <del datetime=""> <i>
<q cite=""> <strike>